



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Afonso Pena, n. 4001 - Bairro Serra - CEP 30130-911 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
12º andar, Sala 1212

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 009/2025

NUCOP

TCT. Nº 009/2025

Dispõe sobre a celebração de termo de cooperação judiciária entre os Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Itabira, representada pelo Juiz de Direito André Luiz Alves e o Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais, por meio da Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde, representada pelo Juiz de Direito Ronaldo Souza Borges, com o objetivo de estabelecer atuação cooperativa no âmbito da Ação Civil Pública nº 5002708- 51.2022.8.13.0317 e das correspondentes ações de cumprimento de sentença nº 5010274-80.2024.8.13.0317, nº 5004568- 82.2025.8.13.0317 e nº 5001362-60.2025.8.13.0317, promovidas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da Vale S/A.

A **1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ITABIRA**, neste ato representada pelo Juiz de Direito ANDRÉ LUIZ ALVES, e o **CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA JUSTIÇA DE MINAS GERAIS**, por meio da Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde, neste ato representado pelo Juiz de Direito e Coordenador RONALDO SOUZA BORGES e pela Juíza Auxiliar da Presidência e Supervisora do Centro de Inteligência, MARCELA MARIA PEREIRA AMARAL NOVAIS, resolvem celebrar o presente instrumento de cooperação judiciária, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO o princípio da eficiência na Administração Pública (art. 37 da Constituição Federal), aplicável à Administração Judiciária;

CONSIDERANDO o princípio da duração razoável do processo, instituído pela Emenda Constitucional n. 45/2004 (art. 5º, LXXVIII);

CONSIDERANDO que o art. 67 do Código de Processo Civil estabelece o dever de recíproca cooperação aos órgãos do Poder Judiciário, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive aos tribunais superiores, por meio de seus magistrados e servidores;

CONSIDERANDO que o art. 68 do Código de Processo Civil prescreve que os juízes poderão formular entre si ajustes de cooperação para prática de qualquer ato processual;

CONSIDERANDO que a Cooperação Judiciária Nacional pretende uma evolução da política judiciária com a mudança de cultura, substituindo o paradigma do julgador solitário para adotar a figura do juiz cooperativo, na busca soluções pensadas e desenvolvidas em conjunto com outros órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXII, do artigo 6º da Resolução nº 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, quanto a possibilidade de atuação magistrado ou órgão do Poder Judiciário (incluindo comitês, comissões e grupos de trabalho instituídos em seu âmbito) como consultor em processo de outra unidade judiciária;

CONSIDERANDO a Ação Civil Pública nº 5002708-51.2022.8.13.0317, promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais face da Vale S/A, a qual encontra-se, em 1º grau de jurisdição, em fase de cumprimento provisório de sentença, autos de nº 5010274-80.2024.8.13.0317, nº 5004568- 82.2025.8.13.0317 e nº 5001362-60.2025.8.13.0317, tendo como objeto, respectivamente, (i) a realocação em moradia de famílias que se encontrem em situação de risco de desabamento em suas residências, (ii) a continuidade das atividades da Assessoria Técnica Independente (ATI) e (iii) a nomeação de entidade independente para atuar na avaliação técnica da suficiência e da adequação das ações de reparação implementadas pela Vale S/A, bem como na definição de novas medidas de mitigação e prevenção de danos, delimitação da área afetada, cadastramento das pessoas atingidas, identificação e valoração dos impactos individuais e coletivos, inclusive nos serviços de saúde, e estabelecimento de parâmetros coletivos de indenização.

RESOLVEM:

Art. 1º Este Termo de Cooperação tem por objeto estabelecer a atuação da Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais na prestação suporte técnico-jurídico para a identificação e a implementação de instrumentos de gestão processual aptos a promover a solução do litígio estrutural veiculado nos autos de nº 5002708-51.2022.8.13.0317, Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais face da Vale S/A, a qual encontrase, em 1º grau de jurisdição, em fase de cumprimento provisório de sentença, autos de nº 5010274-80.2024.8.13.0317, nº 5004568-82.2025.8.13.0317 e nº 5001362-60.2025.8.13.0317.

Art. 2º As partes cooperantes buscarão, com a adoção de metodologia de trabalho peculiar ao tratamento dos litígios estruturais, estabelecer e implementar um plano de atuação que viabilize a progressiva melhoria das condições do litígio tratado nos processos acima indicados, inclusive com a definição de etapas, metas e interlocutores institucionais.

Art. 3º A condução do processo mencionado no art. 1º será regida pelo princípio da colaboração e da consensualidade, devendo as partes buscarem a construção do entendimento, transformando o processo em uma comunidade de trabalho, considerando a complexidade temática e os múltiplos polos de interesse.

Art. 4º Poderão ser adotadas, na gestão dos processos mencionados no art. 1º, a cooperação com outros órgãos públicos e privados, a flexibilização procedimental, o estímulo à celebração de negócios jurídicos processuais e a calendarização dos atos, com vistas a atingir o maior grau de eficiência possível.

Parágrafo único. A Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais poderá atuar, quando necessário e mediante solicitação do juízo, na interlocução com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais competentes, além de outros órgãos como, dentre outros, como a Defensoria Pública, associações de moradores e demais interessados.

Art. 5º A cooperação poderá envolver a participação e apoio em audiências públicas, inspeções judiciais, reuniões técnicas, mediações ou outras formas de diálogo institucional, com ampla publicidade e respeito ao contraditório.

Art. 6º A Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde, sempre que solicitada, poderá manifestar opinião não vinculativa por escrito, garantindo-lhe participação nas audiências a serem realizadas.

Art. 7º As partes comprometem-se a tratar as informações compartilhadas em conformidade com a Lei nº 13.709/2018, garantindo a privacidade e a proteção dos dados pessoais envolvidos.

Art. 8º O presente termo de cooperação vigorará, a partir de sua assinatura, enquanto os processos de que trata estiverem em trâmite, podendo ser denunciado a qualquer tempo pelos signatários.

Art. 9º O juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Itabira anexará, desde logo, cópia do presente instrumento nos autos de nº 5010274-80.2024.8.13.0317, nº 5004568-82.2025.8.13.0317 e nº 5001362-60.2025.8.13.0317, para conhecimento das partes e demais interessados, na forma do artigo 3º da Resolução nº 350/2020 do CNJ.

Itabira - MG / Belo Horizonte - MG, data da assinatura eletrônica,

ANDRÉ LUIZ ALVES

Juiz de Direito 1ª Vara Cível da Comarca de Itabira

RONALDO SOUZA BORGES

Juiz de Direito Coordenador do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais e da Comissão Temática de Demandas Estruturais, de Alta Complexidade e da Saúde

MARCELA MARIA PEREIRA AMARAL NOVAIS

Juíza Auxiliar da Presidência e Supervisora do Centro de Inteligência



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Alves, Juiz(a) de Direito**, em 05/11/2025, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Souza Borges, Juiz(a) Coordenador(a) do CIJMG**, em 05/11/2025, às 18:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Maria Pereira Amaral Novais, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 06/11/2025, às 15:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24562676** e o código CRC **7B12AE2E**.